

# Eixo Capital



ANA DUBEUX (Interina)  
anadubeux.correio@gmail.com

## A dura vida das juízas afegãs

As juízas afegãs que se refugiaram em Brasília após a tomada do poder pelo Talibã enfrentam sérias dificuldades, apesar do apoio inicial da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Trazidas ao Brasil pela então presidente da AMB, Renata Gil, as profissionais, que buscavam proteção e recomeço, ainda lidam com barreiras significativas, especialmente no mercado de trabalho.

## Empregabilidade

Como refugiadas, elas enfrentam problemas de empregabilidade, já que não têm acesso facilitado ao mercado formal. Além disso, a escassez de renda se tornou um desafio constante, dificultando a manutenção de suas famílias. Apesar do apoio recebido durante o primeiro ano, o futuro dessas juízas continua incerto, e a luta por subsistência segue sendo uma realidade diária.

Divulgação



## Dobradinha

No combate contra a violência de gênero, a vice-governadora Celina Leão tem como aliada a senadora Damares Alves. Esta semana, as duas estiveram na entrega de 27 viaturas para o programa de enfrentamento à violência doméstica da Polícia Militar do Distrito Federal, o Provid. “Minha senadora”, disse Celina Leão durante a cerimônia. Damares Alves, por sua vez, lembrou que a emenda parlamentar de sua autoria permitiu o maior reforço do Provid realizado no Brasil. A cerimônia também contou com a presença da comandante da PMDF, coronel Ana Paula Barros.

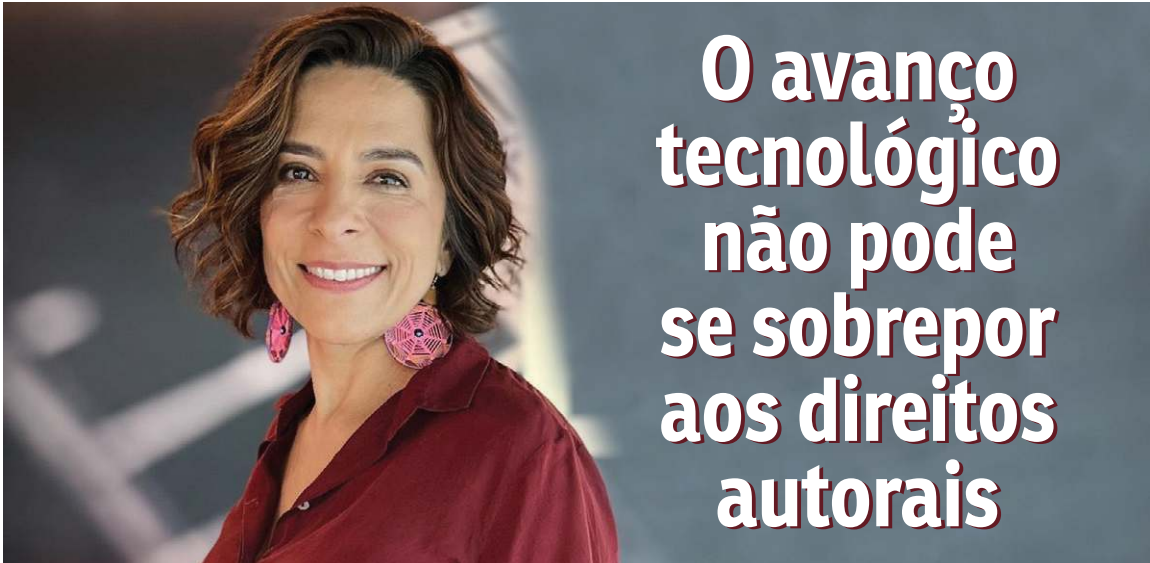
## Um dia de cada vez

Após um longo período de turbulências internas e externas, os funcionários do BRB parecem finalmente se sensibilizar com gestos que, na verdade, deveriam ser a base do cotidiano corporativo. Durante anos, os tradicionais calendários do Banco de Brasília não ficavam prontos a tempo da virada do ano, como se o mínimo de organização fosse uma meta inatingível. Agora a regra é: somente o necessário, o extraordinário é demais.



## À QUEIMA-ROUPA

Arquivo pessoal



# O avanço tecnológico não pode se sobrepor aos direitos autorais

*O Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) encerra 2025 com resultados expressivos, que refletem o aprimoramento da gestão coletiva de direitos autorais no Brasil. A arrecadação recorde e os investimentos em tecnologia mostram como a instituição vem se adaptando às rápidas transformações do mercado musical. Em entrevista ao Correio, a superintendente executiva do Ecad, Isabel Amorim, fala sobre as principais iniciativas de inovação, os desafios que ainda impactam o setor — como a inadimplência em grandes eventos — e aponta a regulamentação da inteligência artificial (IA) como uma das prioridades na defesa dos direitos autorais. A dirigente entende que, em 2026, o debate no Congresso precisa avançar para uma legislação atualizada, capaz de proteger os criadores sem frear a inovação.*

**Como o Ecad avalia o debate no Congresso sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2338/23, que trata da regulamentação da inteligência artificial, especialmente no que diz respeito à proteção dos direitos autorais na música?**

O PL 2338/23 representa um passo fundamental para que o Brasil acompanhe o debate global sobre os impactos da inteligência artificial, especialmente na economia criativa. No caso da música, a IA generativa foi treinada a partir de obras protegidas por direitos autorais, utilizadas sem o consentimento dos criadores, o que torna essencial que a legislação em discussão no Congresso garanta reconhecimento e remuneração justa aos artistas. Não se trata mais de impedir o uso dessas obras, mas de estabelecer regras claras que protejam quem vive da criação musical. Nesse contexto, o Ecad e as associações de gestão coletiva têm o papel de garantir que os direitos autorais sejam protegidos e distribuídos de forma correta e segura aos seus titulares.

**Inovação e proteção autoral podem caminhar juntas?**

Decisões recentes da Justiça, no Brasil e no exterior, reforçam que o avanço tecnológico não pode se sobrepor aos direitos autorais. Defendemos que inovação e proteção autoral caminhem juntas e que o país aproveite essa oportunidade para construir uma legislação moderna, equilibrada e alinhada à valorização da música brasileira.

**Há novos investimentos para os próximos anos?**

Sim. Iniciamos o maior projeto tecnológico da última década no Ecad, com a renovação completa do sistema de distribuição de direitos autorais. A tecnologia é essencial para o funcionamento da instituição e tem sido determinante para acompanhar o crescimento exponencial do uso da música nos últimos anos. Os

investimentos em inovação permitiram acelerar os processos de identificação automática de músicas, reduzindo em 50% o tempo de processamento de dados, otimizando a distribuição de direitos autorais. Até novembro de 2025, o Ecad já havia identificado 6,7 trilhões de execuções musicais no streaming de música e vídeo (volume equivalente ao registrado nos cinco anos anteriores à adoção das novas tecnologias). Com os avanços recentes, o total de execuções identificadas desde 2019 já ultrapassa 20 trilhões.

**Há investimentos mais expressivos em cibersegurança?**

Seguimos investindo em cibersegurança, na modernização do sistema de arrecadação para ampliar a atuação em todo o país e na inovação de processos, com apoio das áreas de auditoria, compliance, comitê de ética e práticas ESG, fortalecendo toda a cadeia produtiva da música.

**Qual a avaliação sobre o desempenho de 2025?**

Os avanços alcançados pelo Ecad ao longo do ano refletem um trabalho construído em parceria com as sete associações de gestão coletiva, que atuam diariamente para garantir a valorização e a remuneração dos artistas. Encerramos o ano com arrecadação de R\$ 2 bilhões e a distribuição de mais de R\$ 1,7 bilhão em direitos autorais para cerca de 350 mil titulares em todo o país.

**A inadimplência em grandes eventos segue?**

Apesar dos avanços em temas estruturais, como o enfrentamento da inadimplência em grandes eventos, esse é um problema que ainda compromete os valores de arrecadação, que poderiam ser maiores e são um direito dos titulares de música. Por isso, é fundamental reforçar a importância do licenciamento musical e do cumprimento da legislação de direitos autorais.



Caio Gomez/CB/D.A. Press

## Duas vezes Roriz

Jaqueline Roriz analisa convite do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, para ingressar no partido e disputar as eleições de 2026, em dobradinha com o filho, Joaquim Roriz Neto. A estratégia da dupla é alavancar a força do nome do ex-governador Roriz, figura de grande influência no DF.

## Estratégia digital

Jaqueline e Joaquim Neto investem pesado nas redes sociais, com destaque para Instagram e TikTok, visando conquistar o público jovem e ampliar seu alcance. A família Roriz aposta na combinação de tradição política e presença digital. Resta fechar consenso para ver quem concorrerá ao Congresso e à CLDF.

## Cálculo político

A decisão do ex-presidente Bolsonaro de cancelar, na semana passada, uma entrevista a um portal de notícias — autorizada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes — não foi fortuita. A avaliação, nos bastidores, é de que a medida fez parte de uma estratégia previamente calculada. No momento em que denúncias envolvendo Moraes dominavam as manchetes, o núcleo político e de comunicação de Bolsonaro, em conjunto com a equipe jurídica e a ex-primeira-dama Michelle, optou por adiar a entrevista, evitando ampliar a exposição do ex-presidente.

## Oportunidade

Também não foi casual a escolha do dia de Natal para a divulgação da carta em que Bolsonaro indica o senador Flávio Bolsonaro como seu substituto na disputa pela Presidência. Com o Congresso e o Judiciário em recesso, o feriado se mostrou um cenário favorável para dar visibilidade à formalização da candidatura. O gesto respondeu, ainda, às pressões públicas do pastor Silas Malafaia, que cobrava um posicionamento claro do ex-presidente diante das especulações sobre o lançamento do senador fluminense.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

## ATENTADO A BOMBA

Três anos após a tentativa de explosão de um caminhão-tanque nas proximidades do Aeroporto Internacional de Brasília, na madrugada de 24 de dezembro de 2022, STF recebe denúncia da PGR em ação ligada aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro

# Acusados viram réus no STF

» CARLOS SILVA

Três anos após a tentativa de atentado que poderia ter provocado uma das maiores tragédias da história do Distrito Federal, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou unanimidade para receber a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra três acusados de planejar um ato terrorista nas proximidades do Aeroporto Internacional de Brasília, na madrugada de 24 de dezembro de 2022. Com isso, os investigados passam, oficialmente, à condição de réus e responderão por uma série de crimes relacionados à tentativa de ruptura da ordem democrática.

Conforme a acusação, George Washington de Oliveira Sousa teria sido o responsável por fabricar o artefato explosivo. O material, segundo a PGR, foi repassado a Alan Diego dos Santos Rodrigues, que, com o auxílio de Wellington Macedo de Souza, teria colocado a bomba no caminhão-tanque estacionado próximo ao aeroporto.

As investigações apontam que os envolvidos integravam o acampamento instalado em frente ao Quartel-General do Exército, montado

por apoiadores de pautas antidemocráticas depois do resultado das eleições presidenciais que terminaram com a vitória do então candidato e agora presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Insatisfeitos com o resultado, eles planejavam explodir um caminhão-tanque abastecido com 63 mil litros de querosene de aviação nas imediações do aeroporto. Conforme a PGR, a intenção do grupo seria provocar terror, instabilidade social e criar um cenário de caos que pudesse justificar uma intervenção militar e a decretação de um “estado de sítio”.

Os três réus responderão por associação criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e atentado contra a segurança do transporte aéreo. A denúncia foi analisada pela Primeira Turma da Corte, composta pelos ministros Flávio Dino, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin.

Relator do caso, Alexandre de Moraes afirmou que a denúncia apresentada pela PGR atende a todos os requisitos previstos no Código de Processo Penal (CPP) para a abertura de uma ação penal. Segundo ele, os fatos foram expostos de forma clara e

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Esquadrão Antibombas do Bope e Polícia Federal atenderam ocorrência

coerente, com a devida individualização das condutas, o que garante aos acusados pleno conhecimento das imputações e o exercício do direito à ampla defesa.

Antes mesmo da análise do STF, os acusados haviam sido condenados pela 8ª Vara Criminal de Brasília pelo crime de expor a perigo a vida, a integridade física ou o

patrimônio alheio mediante o uso de explosivos ou artefatos similares. A nova ação penal, no entanto, amplia o alcance das acusações ao enquadrar o episódio como parte de uma tentativa organizada de ataque às instituições democráticas.

No voto, o relator reafirmou a competência do STF para julgar o caso. De acordo com Moraes, há

conexão direta entre os fatos atribuídos aos réus e os atos que culminaram nos ataques de 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas, em Brasília. Segundo o ministro, a apuração dessas condutas pode influenciar diretamente outras investigações em curso no STF, inclusive, aquelas que envolvem pessoas com prerrogativa de foro.

A denúncia do Ministério Público descreve que os fatos ocorreram entre o fim do processo eleitoral de 2022 e a véspera do Natal daquele ano.

## Defesa

Ante novo desdobramento do caso, as defesas dos acusados contestaram as acusações. No caso de Wellington Macedo de Souza, o advogado afirmou que a própria perícia oficial da Polícia Científica do Distrito Federal concluiu pela inexistência de detonador no material apreendido, o que inviabilizaria qualquer explosão. O advogado Síldion Maia Thomaz do Nascimento também critica o enquadramento dos fatos como tentativa de golpe de Estado. Para ele, “transformar um crime impossível (atentado a bomba) em uma tentativa de golpe

de Estado é, na verdade, atentar contra a lógica”.

A defesa de Alan Diego dos Santos Rodrigues nega, de forma categórica, qualquer intenção de atentar contra a ordem constitucional ou de participar de atos voltados à abolição do Estado Democrático de Direito. Em nota, a advogada Thaiane Blanch afirma que não há relação entre a conduta de seu cliente e os ataques de 8 de janeiro de 2023. Segundo a defesa, foram apresentados ao STF elementos que demonstram “a ausência de qualquer ato concreto e doloso voltado à prática de golpe de Estado”.

No caso de George Washington de Oliveira Sousa, a defesa informou que não se manifestará publicamente sobre o mérito das acusações neste momento. De acordo com a advogada Rannie Monteiro, a estratégia será apresentar os argumentos exclusivamente nos autos do processo. A defesa também destaca que o acusado já foi condenado pelos crimes relacionados ao episódio do aeroporto e que, no dia 8 de janeiro de 2023, ele se encontrava preso e incommunicável, o que, segundo os advogados, inviabilizaria qualquer participação nos atos ocorridos naquela data.